



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL RETIFICADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023

PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK INTERNET E INTERLIGAÇÃO DE SECRETARIAS COM LINK INTRANET PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO.

O Prefeito Municipal de Barão do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Federal 8.666/93, e suas alterações, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto Municipal 25/2020, o Decreto Federal nº. 3.555/2000, o Decreto nº. 10.024/2019, o Decreto nº. 7.746/2012, o Decreto nº. 8.538/2015, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, torna público, para conhecimento dos interessados, licitação do tipo **MENOR PREÇO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET E INTRANET**, de acordo com as necessidades do Município, e de acordo com as especificações técnicas e demais disposições no ANEXO I, deste edital. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Início das Propostas: Das 09:00h do dia 07/07/2023, até às 09:00h do dia 19/07/2023.

Data Limite para Impugnação e Pedido de Esclarecimentos: Às 09:00h do dia 14/07/2023.

Abertura das Propostas: Às 09:01h do dia 19/07/2023.

Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 09:30h do dia 19/07/2023 no site www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2. A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, através do provedor do sistema do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, por intermédio da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento acessando o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br e preencher o Credenciamento Online, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

1.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.4.1. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.5. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

1.6. O Pregoeiro e sua equipe de apoio designados pela Portaria Nº 01/2023.

II – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes produtos:

Contratação de empresa para fornecimento de link INTERNET e interligação de secretarias com link INTRANET para os prédios públicos e escolas do município de Barão do Triunfo, conforme pontos e velocidades em anexo/abaixo.

Item	Quantidade	Unid. Mês	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo/mensal	Preço Total
1	12	MESES		LINCK PARA ACESSO DE INTERNET NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA COM 200 MBPS E 10 LINKS INTRANET PARTINDO DA SEDE ADMINISTRATIVA PARA OS , POSTOS DE SAÚDE CENTRAL, PRÉDIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS, AGRICULTURA, OBRAS, EDUCAÇÃO, TELE CENTRO, SAÚDE, CONSELHO TUTELAR E GINÁSIO DE ESPORTES	R\$ 5.466,63	R\$ 65.599,95
2	12	MESES		LINCK PARA ACESSO DE INTERNET COM 100 MBPS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS	R\$ 1.903,00	R\$ 22.836,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

				E ESF NO INTERIOR DO MUNICÍPIO		
						R\$ 88.435,95
						Total

	PRODUTO PRINCIPAL	LOCAL PARA USO	LOCALIZAÇÃO	VALOR MENSAL
1	LINK DE INTERNET, 200 MB DE UPLOAD E 200 MB DE DOWNLOAD, GARANTIA 97% BANDA, PARA SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA REPARO 6 HORAS E 10 LINKS INTRANET PARTINDO DA SEDE MANTENDO ESTA VELOCIDADE DE BANDA PARA CADA PONTO (200MB), TOTALIZANDO 2000MB CHEGANDO ATÉ OS SEGUINTE PONTOS POSTOS DE SAÚDE CENTRAL ,PRÉDIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS AGRICULTURA, OBRAS, EDUCAÇÃO, TELE CENTRO, SAÚDE, CONSELHO TUTELAR	-SEDE PREFEITURA -POSTOS DE SAÚDE CENTRAL -PRÉDIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS AGRICULTURA, OBRAS, EDUCAÇÃO, TELE CENTRO, SAÚDE, CONSELHO TUTELAR, GINASIO DE ESPORTES	URBANA	
1	LINK DE INTERNET , 100 MB DE UPLOAD E 100 MB DE DOWNLOAD, GARANTIA DE 97% BANDA, REPARO 6 HORAS	ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO DA FONSECA	NÃO URBANA	
1	LINK DE INTERNET,100 MB DE UPLOAD E 100 MB DE DOWNLOAD, GARANTIA DE 97% BANDA, REPARO 6 HORAS	ESCOLA MUNICIPAL EGIDIO VIEIRA DA SILVA	NÃO URBANA	
1	LINK DE INTERNET, 100 MB DE UPLOAD E 100 MB DE DOWNLOAD, GARANTIA DE 97% BANDA, REPARO 6 HORAS	ESCOLA MUNICIPAL D. PEDRO II	NÃO URBANA	
1	LINK DE INTERNET SEMI-DEDICADO, 100 MB DE UPLOAD E 100 MB DE DOWNLOAD, GARANTIA DE 97% BANDA, REPARO 6 HORAS	ESF ALCEU WAMOSI	NÃO URBANA	
LOCAL PARA USO		LOCALIZAÇÃO		
SEDE ADMINISTRATIVA		AVENIDA TASSINARE CESARE, CENTRO, COORDENADA: -30.389291,-51.735495		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

POSTOS DE SAÚDE CENTRAL	RUA LUIZ GONZAGA DALBÉM, CENTRO, COORDENADA: -30.390772,-51.737029 E -30.390754,-51.737019
SECRETARIA ASS.SOCIAL/CRAS	RUA CÔNEGO JOSÉ WIEST, CENTRO, COORDENADA: -30.390191,-51.734472
SEC. AGRICULTURA	AVENIDA TASSINARE CESARE, CENTRO, COORDENADA: -30.390279,-51.735651
SEC. DE OBRAS	RUA DIONES GARCIA COLLOVINI, CENTRO, COORDENADA:-30.388475,-51.736259
SEC. EDUCAÇÃO E TELE CENTRO	AVENIDA TASSINARE CESARE, CENTRO, COORDENADA:-30.385994,-51.736759
SEC. SAÚDE	RUA CÔNEGO JOSÉ WIEST, CENTRO, COORDENADA:-30.389417,-51.73603
CONSELHO TUTELAR	RUA TENENTE CORONEL JUCA TAVARES, CENTRO -30.390133,-51.734371
ESCOLA MARECHAL DEODORO DA FONSECA	ZONA DOS PACHECOS, INTERIOR, COORDENADA: -30.526607,-51.864728
ESCOLA EGÍDIO VIEIRA DA SILVA	SERRA DO HERVAL, INTERIOR, COORDENADA: -30.473111,-51.837389
ESCOLA D. PEDRO II	MATO DA JUSTA, INTERIOR, COORDENADA: -30.413694,-51.774833
ESF ALCEU WAMOSI	ZONA DOS PACHECOS, INTERIOR, COORDENADA: -30.513326,-50.900921
GINÁSIO DE ESPORTES	RUA PASTOR JOVELIN, CENTRO, COORDENADA:-30.392386,-51.738614

III – DOS PROCEDIMENTOS

3.1. Os prestadores de serviços descritos no objeto deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

3.1.2. As Propostas terão a validade de 60 (sessenta) dias.

3.2. O Pregoeiro desclassificará, de plano, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

- 3.3.** Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no Edital.
- 3.4.** O julgamento das propostas será feito pelo **menor preço** de acordo com o especificado no Anexo I.
- 3.5.** O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.
- 3.6.** O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.
- 3.6.1.** No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.
- 3.7.** Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.
- 3.8.** Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **PREÇO UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 3.9.** Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 3.9.1** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (DEZ REAIS)**.
- 3.9.2** Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo Pregoeiro.
- 3.10.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 3.11.** Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do seu detentor.
- 3.12.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, após o que transcorrerá período de tempo determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

3.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

3.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício após a comunicação expressa dos fatos aos participantes.

3.15. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

3.16. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

3.16.1. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

3.17. Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço unitário**, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

3.18. Em sendo Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ao incluir suas propostas no sistema, declarar, que as mesmas se enquadram nessa categoria.

3.18.1. A não informação implicará na desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se da prerrogativa concedida pela Lei Complementar nº123/06 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

3.19. Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº123/06 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

IV – DO ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, exclusivamente por meio eletrônicos e serão recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

4.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias.

4.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

4.2. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/2002, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após declarado vencedor, onde o Pregoeiro abrirá prazo de trinta minutos.

4.2.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

4.3. O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes.

4.4. Os demais licitantes ficarão intimados para apresentar, se desejarem, às contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contando da data final do recorrente, assegurando vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

4.5. Decidido os recursos e constada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

4.6. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência de direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

4.7. Os pedidos de esclarecimentos serão enviados ao pregoeiro, por meio eletrônico, 03 (três) dias úteis antes à data para abertura da sessão pública. O pregoeiro responderá os esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Somente poderão participar deste pregão, pessoas jurídicas que tenham em seu objeto social a atividade de comercialização do objeto licitado e satisfaçam todas as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.2. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas, enquadradas como microempresa, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 e, estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através ao site www.portaldecompraspublicas.com.br e que atendam todas as exigências editalícias.

5.3. Será vedada a participação na presente licitação de empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

5.4. As empresas interessadas deverão inscrever-se no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

VI - DOS LANCES NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS

**Av. Tassinare Cesari, Nº 476, Centro – Barão do Triunfo/RS – Cep: 96735-000
Fone: (51) 3650-1143**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

6.1. Tendo o proponente sido qualificado pelo Pregoeiro, poderá ele participar da sessão de disputa de preços, na data e horários definidos neste edital.

6.1.1. Os lances durante a sessão somente serão aceitos se apresentarem preços inferiores àquele que for o de menor preço.

6.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.1.3. Os proponentes somente terão acesso ao valor do menor lance, não sendo para eles identificado o proponente.

6.2. Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.4. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

VII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1. O preço total deverá ser fixo em reais, com até duas casas decimais, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

7.1.1. O preço unitário poderá ser aceito com até duas casas decimais, desde que o valor final atenda ao disposto no item 7.1.

7.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

7.3. O pagamento será realizado em até 30(trinta dias) após o recebimento da nota fiscal e a fatura. Na nota fiscal deverá constar os dados bancários para transferência ou acompanhada de boleto bancário.

7.4. Há a concordância expressa pela empresa vencedora, no momento da assinatura do contrato, que o pagamento ficará ainda condicionado ao pagamento da vencedora a apresentação das Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS e Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.5. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regulamenta a matéria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

7.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.7. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser emitida em moeda corrente do país, conforme solicitado por Nota de Empenho da Prefeitura e conter os seguintes dados:

- A indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento;

- Contrato: (Número do contrato da empresa e Município);

- Agência e conta bancária;

- Retenções dos impostos, conforme Decreto Municipal N° 39/2022, disponível no Site da Prefeitura.

7.8. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

7.9. No ato de assinatura do contrato, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à proponente vencedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.11. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

09 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL
01 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – RECURSOS FEDERAIS
2.040 IGD SUAS
3.3.90.33.00.00.00.0660 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

09 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL
01 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – RECURSOS FEDERAIS
2.038 PBF – PISO BASICO FIXO
3.3.90.33.00.00.00.0660 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

09 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL
01 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – RECURSOS FEDERAIS
2.039 IGD- PROGRAMA AUXILIO BRASIL
3.3.90.33.00.00.00.0660 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

09 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL
01 SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL – RECURSOS FEDERAIS
2.045 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SECRETARIA
3.3.90.33.00.00.00.0500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
01 SECRET. DA ADMINISTRAÇÃO E ÓRGANOS AUXILIARES
2022 ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SECRETARIA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

29 3.3.90.39.00.00.00.00 0500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

05 SECRETARIA DA DE EDUCAÇÃO

01 DESPESAS COMPUTÁVEIS

2047 MDE - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO

69 3.3.90.39.00.00.00.00 0500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

08 SECRETARIA DA SAÚDE

01 SECRET. DA SAÚDE. E ÓRGÃOS AUXILIARES

2034 SUPERVISÃO COORDENAÇÃO ATIVIDADE SECRETARIA

326 3.3.90.39.00.00.00.00 00500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

08 SECRETARIA DA SAÚDE

01 SECRET. DA SAÚDE – RECURSOS FEDERAIS

2059 INFORMATIZAÇÃO DA APS

406 3.3.90.39.00.00.00.00 00600 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

07 SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO

01 SECRET. DE OBRAS E ÓRGÃOS AUXILIARES

2046 APOIO ADMIN. AOS ÓRGÃOS DA SECRETARIA

269 3.3.90.39.00.00.00.00 0500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

06 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 SECRET. DA AGRIC. E ÓRGÃOS AUXILIARES

2042 – MANUT. E DESENV. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.39.00.00.00.00 0500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

11 SECRETARIA DE TURISMO, DESPORTOS E MEIO AMBIENTE

01 SECRETARIA DE TURISMO, DESPORTOS E MEIO AMBIENTE

2.011 SUPERVISÃO COORDENAÇÃO ATIVIDADE SEC. TURISMO

3.3.90.39.00.00.00.00 0500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

VIII - DA HABILITAÇÃO

8.1. Após a divulgação do edital no sistema de compras, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública.

8.2. O envio da proposta, acompanhado dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, bem como o enquadramento de beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.5. Os documentos de habilitação, enviados nos termos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

8.6. A proposta readequada e os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances. Declarado os vencedores, o sistema abrirá a fase de negociação de preços e recebimentos de propostas readequadas por parte dos fornecedores vencedores.

8.6.1. O instrumento convocatório estabelecerá prazo de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para **envio da proposta** e, se necessário, dos documentos complementares, **adequada ao último lance ofertado**. Após a finalização do prazo, iniciaremos a habilitação dos fornecedores.

8.7. Todos os documentos dos **itens 8.8.1 ao 8.8.5** exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de emissão.

Os proponentes deverão apresentar:

8.8. A habilitação da licitante vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.8.1. DECLARAÇÕES:

- a)** declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002, anexo II;
- b)** declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração, anexo III.

8.8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ/MF);
- b)** registro comercial no caso de empresa individual;
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais no Registro Público de Empresas Mercantis, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f)** Outorga emitidas pela agência nacional de telecomunicações ANATEL;
- g)** Documento de identificação de um dos diretores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

8.8.3. REGULARIDADE FISCAL:

- a) alvará, prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidão Negativa de débitos junto à Fazenda Municipal da sede do proponente;
- d) certidão Negativa de débitos junto à Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

8.8.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a Empresa executou, satisfatoriamente, serviços com características compatíveis com o objeto licitado, por um período não inferior a 12 (doze) meses;
- b) Declaração da licitante de ter pleno conhecimento do local de execução dos serviços, e de ter de inteirado de todas as condições necessárias e suficientes para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

8.9. Se a empresa classificada como vencedora não apresentar a documentação exigida, no prazo previsto no item 8.1 e 8.6, esta será desclassificada, podendo ser aplicado a ela as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora.

8.10. A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 8.8.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

8.11. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

8.12. O benefício de que trata o item 8.10 não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.13. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.9, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 9.4, sem prejuízo das penalidades previstas no item 12.1, deste edital.

8.14. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e depois de examinada será anexada ao processo desta licitação.

IX – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

9.1. Após a declaração do vencedor da licitação, na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto licitado e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e prover a homologação.

9.2. No caso de interposição de recurso, depois de proferida e constada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

9.3. Após adjudicado o objeto licitado à vencedora do certame e homologado o resultado da licitação, a autoridade competente convocará a adjudicatária a assinar o contrato dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data em que a mesma for convocada.

9.4. A Administração poderá, quando a proponente vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular, convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação do artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.5. Decorrido o prazo do item 9.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não realizando a assinatura do contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeitas às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

9.5.1. advertência;

9.5.2. multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

9.5.3. impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública;

9.5.5. A multa de que trata o item 9.5.2 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantido o contraditório e ampla defesa da interessada.

X. DOS PREÇOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

10.1. A variação dos preços inicialmente contratados poderá ser revista sempre que se verificar alteração em seus valores, para mais ou para menos, devendo o mesmo ser aplicado tão somente às compras efetuadas em data posterior à comprovação por parte do contratado(a), mediante a apresentação da nota fiscal de aquisição emitida por seu fornecedor.

10.2. Após 12 (doze) meses poderá ser concedido o reajuste mediante solicitação da empresa através de requerimento pelo índice do IPCA do período, salvo no caso de comprovada incapacidade financeira do Ente Público.

10.3. O contrato poderá ser suspenso ou cancelado unilateralmente pela Administração quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao contrato;
- b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;
- c) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- d) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.3. O cancelamento do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Prefeito.

10.4. O contrato poderá ser suspenso ou cancelado mediante solicitação por escrito do comprometente, em caso de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que a solicitação seja apresentada com antecedência de 05 (cinco) dias da data da convocação para firmar contrato ou realizar o fornecimento.

10.5. Em caso de cancelamento do item licitado, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação das propostas, em igual prazo e nas mesmas condições da classificada em primeiro lugar, sem prejuízo da aplicação de penalidades ao comprometente inadimplente.

10.6. Os casos de atraso injustificado ou omissão na entrega dos documentos necessários à celebração do contrato sujeitará o (s) licitante (s) vencedor (es) à penalidade prevista na alínea “d”, do item 13.1 deste Edital.

XI – DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

11.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo Município a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pela adjudicatária.

11.4. O contrato terá validade/vigência de doze meses, podendo, conforme o interesse público e com a concordância da contratada ser prorrogado na forma prevista no Art. 57, II da Lei nº 8666/1993. O início dos serviços se dará a partir da data de assinatura do contrato celebrado.

XII - DAS OBRIGAÇÕES

12.1. Do Município:

Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

12.1.1. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

12.1.2. Efetuar o pagamento à Contratada em até 30 dias após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica, no setor competente, com a assinatura do respectivo recebimento;

12.1.3. Aplicar à empresa vencedora, penalidades quando for o caso;

12.1.4. Notificar, por escrito, a Contratada da aplicação de qualquer sanção.

12.1.5. Os custos referentes a rede interna da Prefeitura, bem como, equipamentos e softwares de informática, ficam a cargo da Prefeitura.

12.1.6. A prefeitura indicará uma pessoa responsável por abrir chamados e solicitações de suporte junto a prestadora, e todos os atendimentos deverão ser reportados a ela, a fim de otimizar e identificar melhor qualquer problema existente.

12.2.- Da Empresa Vencedora:

12.2.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

12.2.2. Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a venda do produto;

12.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

12.2.4. Configurar, supervisionar, manter e controlar o ACESSO, de modo a garantir seu funcionamento, no endereço da CONTRATANTE.

12.2.5. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

12.2.6. Deverão ser garantidos pelo menos 4 IPs V4 fixos e públicos, a fim de garantir acessos remotos a rede interna, de acordo com a necessidade da administração pública.

12.2.7. A prestadora de serviço deverá garantir a entrega de pelo menos 97% da banda contratada (SLA 97%) no sistema de 24/7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) com atendimento 0800 da mesma forma.

12.2.8. Todos os equipamentos para implantação das redes INTERNET/INTRANET serão disponibilizados pela contratada em forma de COMODATO e sem custo de instalação. Todas as reposições de equipamentos que compõem as redes INTERNET/INTRANET que se fizerem necessárias por defeito, sinistro ou atualizações serão realizadas sem custo para a Prefeitura.

12.2.9. Toda a mão de obra técnica utilizada para a manutenção corretiva ou preventiva das redes INTERNET/INTRANET será por conta da contratada.

12.3.1. A prestadora deverá, caso a Prefeitura solicite, limitar a velocidade por secretaria e/ou ainda por dispositivo, devendo o cadastro dos dispositivos, bem como sua velocidade, ser solicitado formalmente a contratada com prévia de 24 horas úteis.

12.3.2. O tempo máximo para a solução de problemas é de 06 (seis) horas e o tempo máximo permitido para a queda do link é de 08 (oito) horas por mês sem penalidade. Após este período será aplicada as penalidades previstas neste edital.

12.3.3. Em caso de solicitação de mudança de endereço, o atendimento ficará condicionado a estudo de viabilidade técnica e a disponibilidade da rede no novo local.

12.3.4. Os custos decorrentes da mudança de endereço, independentemente de sua causa e a qualquer tempo, são de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE.

XIII - DAS PENALIDADES

13.1. Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

- a)** Até 10 (dez) horas sem conexão no mês: multa (ou retenção de valores) de 05% (cinco por cento) do valor mensal do contrato;
- b)** De 10 a 20 (dez a vinte) horas sem conexão no mês: multa (ou retenção de valores) de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato;
- c)** Acima de 20 (vinte) horas sem conexão no mês progressão da multa em 0,5% (meio por cento) a mais até o limite de 30% (trinta por cento), sujeito na hipótese de reincidência à rescisão contratual;
- d)** declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

13.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

13.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 12.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

13.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.5. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

13.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresse aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

13.7. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

13.8. De toda e qualquer sanção a ser aplicada será garantida o contraditório e ampla defesa.

XIV –DAS GARANTIAS E ENTREGA:

14.1. O objeto a ser licitado: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK INTERNET E INTERLIGAÇÃO DE SECRETARIAS COM LINK INTRANET PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO**, conforme as especificações técnicas e demais disposições do ANEXO I, deste edital.

14.2. O prazo de início da execução dos serviços, será imediato, após a assinatura do contrato e/ou após emissão da Autorização de Fornecimento.

14.3. Verificada a desconformidade do objeto licitado, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

14.4. A existência de vícios redibitórios ensejará a nulidade do negócio jurídico, cabendo ao contratado a devolução dos valores pagos, sem prejuízo da administração promover ação redibitória se assim o julgar necessário.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes por apresentarem documentação e/ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

15.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.3. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

15.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.5. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

15.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de São Jerônimo/RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.6. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**

15.7. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Objeto, Justificativa e Especificação do serviço.

Anexo II – Modelo de Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

Anexo III – Modelo de Declaração de Idoneidade e de Inexistência de Fatos Impeditivos.

Anexo IV - Minuta de Contrato.

Barão do Triunfo, 23 de Junho de 2023



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**NERCIO DA SILVA AMBOS
PREFEITO EM EXERCÍCIO**

Este edital e seus anexos encontram-se juridicamente analisados e formalmente aprovados, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei de Licitações.

Em ____ - ____ - ____.

Joel Hein dos Santos
Procurador-geral
OAB/RS 36.668

ANEXO I

OBJETO, JUSTIFICATIVA, ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO E CRONOGRAMA DE ENTREGA

**Av. Tassinare Cesari, Nº 476, Centro – Barão do Triunfo/RS – Cep: 96735-000
Fone: (51) 3650-1143**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 25/2023

1 – OBJETO:

O presente tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para administração, visando a **PARA FORNECIMENTO DE LINK INTERNET E INTERLIGAÇÃO DE SECRETARIAS COM LINK INTRANET PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO**, conforme a descrição do objeto.

2 – JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a licitação **PARA FORNECIMENTO DE LINK INTERNET E INTERLIGAÇÃO DE SECRETARIAS COM LINK INTRANET PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO**, de acordo com as necessidades do município.

3 – DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

ITEM	QT	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL POR EXAME EM R\$	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL EM R\$
01	12 MENSAL	LINCK PARA ACESSO DE INTERNET NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA COM 200 MBPS E 10 LINKS INTRANET PARTINDO DA SEDE ADMINISTRATIVA MANTENDO ESTA VELOCIDADE DE BANDA PARA CADA PONTO (200MB), TOTALIZANDO 2000MB CHEGANDO ATÉ OS SEGUINTE PONTOS DENTRO DA ÁREA URBANA: POSTOS DE SAÚDE CENTRAL, PRÉDIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS, AGRICULTURA, OBRAS, EDUCAÇÃO, TELE CENTRO, SAÚDE, CONSELHO TUTELAR E GINÁSIO DE ESPORTES	R\$ 5.466,63	R\$ 65.599,56
02	12 MENSAL	LINCK PARA ACESSO DE INTERNET COM 100 MBPS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E ESF NO INTERIOR DO MUNICÍPIO	R\$ 1.903,00	R\$ 22.836,00

4 – CRONOGRAMA DE SERVIÇO: PRAZOS E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O prazo de início da execução dos serviços, será imediato, após a assinatura do contrato e/ou após emissão da Autorização de Fornecimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

4.2. Todos os equipamentos para implantação das redes INTERNET/INTRANET serão disponibilizados pela contratada em forma de COMODATO e sem custo de instalação. Todas as reposições de equipamentos que compõem as redes INTERNET/INTRANET que se fizerem necessárias por defeito, sinistro ou atualizações serão realizadas sem custo para a Prefeitura.

4.3. A prestadora de serviço deverá garantir a entrega de pelo menos 97% da banda contratada (SLA 97%) no sistema de 24/7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) com atendimento 0800 da mesma forma.

4.4. Deverão ser garantidos pelo menos 4 IPs V4 fixos e públicos, a fim de garantir acessos remotos a rede interna, de acordo com a necessidade da administração pública.

4.5. A prestadora deverá, caso a Prefeitura solicite, limitar a velocidade por secretaria e/ou ainda por dispositivo, devendo o cadastro dos dispositivos, bem como sua velocidade, ser solicitado formalmente a contratada com prévia de 24 horas úteis

4.6. O tempo máximo para a solução de problemas é de 06 (seis) horas e o tempo máximo permitido para a queda do link é de 08 (oito) horas por mês sem penalidade. Após este período as penalidades serão aplicadas conforme previsão contratual.

4.7. As instalações necessárias aos equipamentos serão feitas pela COMODATÁRIA em substituição aos equipamentos já instalados, devendo deixar todos os computadores com acesso à internet. No mínimo 4 ips V4 fixos públicos, a fim de garantir acessos remotos a rede interna, de acordo com a necessidade da administração pública.

4.8. A contratada deve possuir e apresentar os seguintes documentos técnicos: outorga ANATEL e comprovação de capacitação técnica.

4.9. O tempo máximo para solução de problemas é de 06 (seis) horas e o tempo máximo permitido para a queda do link é de 08 (oito) horas por mês sem penalidade. Após este período serão aplicadas as penalidades previstas no edital.

4.10. Em caso de temporal, ou alguma outra catástrofe que venha comprometer a falta de energia na rede de distribuição, penalidades serão desconsideradas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II

(Papel Timbrado da Empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

D E C L A R A Ç Ã O

A Empresa....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (*).

Barão do Triunfo, ____ de _____ de 2023

.....
(Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)

(*) Se necessário, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS:

DECLARAÇÃO

Ref. Pregão nº /2023

_____, inscrito no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a).
_____, portador (a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, **DECLARA QUE:**

- a)** sua empresa não foi considerada **inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente à entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do procedimento licitatório em epígrafe;
- b)** **inexistem fatos impeditivos** da sua habilitação para a presente licitação;

(data)

Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2023

O **MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO-RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ-MF sob nº 91.900.365/0001-28, com sede administrativa sito à Av. Tassinari Cezare, nº 476, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ELOMAR ROCHA KOLOGESKI, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na localidade de Linha Nova, no município de Barão do Triunfo - RS, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa ----- inscrita no CNPJ-MF sob nº ----- sito à ----- na cidade de -----, neste ato representada pelo seu representante legal -----, brasileiro, (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade nº ----- e CPF/MF nº ----- residente e domiciliado na cidade de -----, de ora em diante denominado de **CONTRATADA**, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94, Edital de Pregão Eletrônico Nº 25/2023 e seus anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, entabulam e convencionam o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a contratação **DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK INTERNET E INTERLIGAÇÃO DE SECRETARIAS COM LINK INTRANET PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO TRIUNFO.**

ITEM	QUANTIDADE	UN	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	PREÇO TOTAL EM R\$

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

O presente Contrato tem o valor total, fixo de R\$ (.....).

Parágrafo único - O valor supra referido inclui todas as despesas concernentes à entrega do objeto, como impostos, taxas, fretes, contribuições e outras que se fizerem necessárias à plena e completa execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

A despesa decorrente da aquisição do objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Barão do Triunfo elencados no item 7.11. do presente Edital de Pregão Eletrônico Nº 25/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

O prazo de início da execução dos serviços, será imediato, após a assinatura do contrato e/ou após emissão da Autorização de Fornecimento.

Todos os equipamentos para implantação das redes INTERNET/INTRANET serão disponibilizados pela contratada em forma de COMODATO e sem custo de instalação. Todas as reposições de equipamentos que compõem as redes INTERNET/INTRANET que se fizerem necessárias por defeito, sinistro ou atualizações serão realizadas sem custo para a Prefeitura.

A prestadora de serviço deverá garantir a entrega de pelo menos 97% da banda contratada (SLA 97%) no sistema de 24/7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) com atendimento 0800 da mesma forma.

Deverão ser garantidos pelo menos 4 IPs V4 fixos e públicos, a fim de garantir acessos remotos a rede interna, de acordo com a necessidade da administração pública.

A prestadora deverá, caso a Prefeitura solicite, limitar a velocidade por secretaria e/ou ainda por dispositivo, devendo o cadastro dos dispositivos, bem como sua velocidade, ser solicitado formalmente a contratada com prévia de 24 horas úteis

O tempo máximo para a solução de problemas é de 06 (seis) horas e o tempo máximo permitido para a queda do link é de 08 (oito) horas por mês sem penalidade. Após este período as penalidades serão aplicadas conforme previsão contratual.

As instalações necessárias aos equipamentos serão feitas pela COMODATÁRIA em substituição aos equipamentos já instalados, devendo deixar todos os computadores com acesso a internet. No mínimo 4 ips V4 fixos públicos, a fim de garantir acessos remotos a rede interna, de acordo com a necessidade da administração pública.

Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias ou substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30(trinta dias) após o recebimento da nota fiscal e a fatura. Na nota fiscal deverá constar os dados bancários para transferência ou acompanhada de boleto bancário.

A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e número do pregão a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto licitado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Retenções dos impostos, conforme Decreto Municipal N° 39/2022, disponível no Site da Prefeitura.

Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta da empresa licitante, vedado o pagamento para terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUÍLIBRIO ECÔNOMICO FINANCEIRO

Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d” da lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO REAJUSTE

Após 12 (doze) meses poderá ser concedido o reajuste mediante solicitação da empresa através de requerimento pelo índice do IPCA do período, salvo no caso de comprovada incapacidade financeira do Ente Público.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá validade/vigência de doze meses, podendo, conforme o interesse público e com a concordância da contratada ser prorrogado na forma prevista no Art. 57, II da Lei nº 8666/1993. O início dos serviços se dará a partir da data de assinatura do contrato celebrado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, a contratante estará sujeita às seguintes penalidades:

- a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*
- b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c)** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*
- d)** Até 10 (dez) horas sem conexão no mês: multa (ou retenção de valores) de 05% (cinco por cento) do valor mensal do contrato;
- e)** De 10 a 20 (dez a vinte) horas sem conexão no mês: multa (ou retenção de valores) de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato;
- f)** Acima de 20 (vinte) horas sem conexão no mês progressão da multa em 0,5% (meio por cento) a mais até o limite de 30% (trinta por cento), sujeito na hipótese de reincidência à rescisão contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

Parágrafo primeiro - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Parágrafo segundo - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

Este Contrato vincula as partes ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico Nº 25/2023 e à Proposta da empresa Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal, e demais alíneas abaixo relacionadas:

a) Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

O CONTRATANTE designa o Servidor, CPF:, Matrícula, conforme Portaria de Designação nº para fiscalizar a entrega, qualidade e análise do item, para que seja fornecido conforme homologação do Pregão Eletrônico nº 25/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de São Jerônimo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem de acordo, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Barão do Triunfo, de de 2023

Contratante

Contratada

Elomar Rocha Kologeski
Prefeito Municipal

Licitante

TESTEMUNHAS:

FISCAL DO CONTRATO:

Nome:
CPF: